

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 MAIO DE 2013 A ABRIL /2014  
 ANEXO À PORTARIA TRT-GP Nº 027/2014

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

R\$ mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS MAI/2013 A ABR/2014		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a)+(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	537.270.569,63	10.212.477,75	547.483.047,08
Pessoal Ativo	397.736.836,14	6.722.460,68	404.459.296,82
Pessoal Inativo e Pensionistas	139.533.733,49	3.490.016,77	143.023.750,26
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	133.886.959,75	4.651.247,01	138.538.206,76
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	3.704,04	1.254,60	4.958,64
Despesas de Exercícios Anteriores	12.247.146,77	1.994.225,40	14.241.372,17
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	121.636.108,94	2.655.767,01	124.291.875,95
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	403.383.609,88	5.561.230,44	408.944.840,32
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)			678.292.443.000,00
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL – TDP sobre a RCL (V) = (III e /IV) * 100	0,059470%	0,000820%	0,060290%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,152336%	0,152336%		1.033.283.575,97
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,144720%	0,144720%		981.624.823,51
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) – 0,137102%	0,137102%		929.955.218,37

FONTE: SIAFI e COORDENADORIA DE CONTABILIDADE/SOF/TRT 6ª REGIÃO – 22.05.2014, 10h e 30m.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) Foi pago o valor de R\$ 1.849.201,95 referente a Sentenças Judiciais de Pequeno Valor na UO 71103.

3) Não houve, no período, pagamento de Precatórios da Administração Direta. Sublinhe-se que foram realizados ajustes nos seguintes valores: R\$ 73.415,22 (2013NS004164) e R\$ 37.709,10 (2013NS006054).

4) Não houve pagamento a título de Precatórios da Administração Indireta (Destaques) no período.

5) No período não houve cancelamento de Restos a Pagar não processados no Grupo de Despesa 1.

6) Pagamento de Auxílio-Funeral: R\$ 138.617,85 e R\$ 36.269,21 inscritos em RAP.

7) Pagamento de Auxílio-Natalidade: R\$ 28.890,00 e R\$ 3.203,00 inscritos em RAP.

IVANILDO DA CUNHA ANDRADE  
 Presidente do Tribunal

WLADEMIR DE SOUZA ROLIM  
 Diretor Geral

FLÁVIO ROMERO MENDES DE OLIVEIRA  
 Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

ENOQUE DE SOUZA E SILVA SOBRINHO  
 Diretor da Secretaria de Auditoria e Controle Interno